

**REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE
FLORIANÓPOLIS DE 13 NOVEMBRO DE 2017**

1 Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 14:29 horas na Sala de Reuniões da
2 Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, reuniu-se o COMDEMA – Conselho Municipal
3 de Defesa do Meio Ambiente, onde compareceram os seguintes conselheiros: Sr. Cláudio Soares
4 da Silveira representante da FLORAM, Sra. Marilei Bilitski Grams representante da SMS, Sr.
5 Alexandre Francisco Bock representante da SMHSA, Sr. Nivaldo Pedreira Niehues Júnior
6 representante da FATMA, Sra. Karina da Silva de Souza representante da COMCAP, Sr.
7 Amarildo Marçal Nunes representante da CMF, Sr. João Ricardo Padilha Santos representante da
8 OAB/SC, Sra. Fabiane Nobrega representante da FIESC, Sr. Anderson Ramos Augusto
9 representante da CDL, Sra. Fabiane Andressa Tasca representante da ACESA, Sr. Paulo Douglas
10 Pereira representante do IMV e a Sra. Leana Bernardi representante do IAR. Como convidado o
11 Sr. Audenir C. de Carvalho representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura SMI. O Sr.
12 Anderson Vice-Presidente iniciou a reunião desejando uma boa tarde a todos, após colocou em
13 deliberação a ATA referente ao mês de outubro, aberta a votação a ATA foi aprovada por
14 unanimidade. Em seguida deu lugar ao Sr. Alexandre Bock, para iniciar a apresentação sobre o
15 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS. O Sr. Alexandre iniciou sua
16 apresentação desejando uma boa tarde a todos, esclarecendo que é uma grande satisfação poder
17 apresentar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, o qual é uma
18 dívida que nós tínhamos com o Município, então ele foi cedido por Decreto e não por lei, essa é o
19 empregado capital dele, porém ele venho no momento oportuno, uma vez que o Município na
20 tinha o PMGIRS ele não podia mais captar dinheiro do governo federal, que é uma das exigências
21 da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, é termos a nossa PMGIRS, então nos temos um
22 Plano de Coleta Seletiva, o que fizemos? Pegamos todo o Plano de Coleta Seletiva e jogamos para
23 dentro do PMGIRS e ainda colocamos mais conteúdo, que faz parte dos conteúdos mínimos da
24 PNRS, a qual eu irei abordar daqui a pouquinho. Então dia vinte e dois de agosto de dois mil e
25 dezessete foi decretado o nosso PMGIRS. O Sr. Anderson perguntou se não poderia ser por lei?
26 Sr. Alexandre respondeu que em verdade ele pode ser um Decreto, não é obrigatório que seja uma
27 lei, mas que o ideal seria (lei), por outro lado e que ele (PMGIRS) seja um documento Oficial do
28 Município, então o Decreto tem essa validade também. Sr. Anderson - Perfeito então nada impede
29 que seja por decreto. Sr. Alexandre - Foi feito uma consulta jurídica antes, então foi desta forma
30 que foi feito. Nós no início também tínhamos esta dúvida, a Karina que também ajudou na
31 consolidação do PMGIRS, por parte da COMCAP, sendo que nós tivemos que correr contra o
32 tempo, mais que logo em seguida abriu um Edital no Ministério do Meio Ambiente e nós já
33 conseguimos então ficarmos habilitados, e já entramos concorrendo para dar o ponta pé inicial na
34 compostagem do Município. Então para não entrar nesse projeto, a Karina pode até comentar
35 depois, na sequência no mês seguinte, não deu nem tempo de respirar direito, no mês seguinte já
36 surgiu o Edital e nós graças ao Decreto já estamos aptos ao vetor de setecentos mil reais do
37 projeto. Sra. Karina - acho que mais. Sr. Alexandre - bem era de quinhentos mil a um milhão mais
38 nós trabalhamos entre os dois tecnicamente. Sra. Karina - tem o saneamento para todos. Sr.
39 Alexandre - não esse não tem haver com o PMGIRS. Sra. Karina - tem, na verdade o PMGIRS foi
40 feito nesse parazo exíguo porque abriu o programa Saneamento para Todos do Ministério das
41 Cidades depois de anos esperando, sem ter dinheiro para área, abriu um potencial para repasse,
42 não é repasse, é uma operação de credito porque a taxa de juros ela é muito menor do que se fosse

43 pegar um empréstimo fora do programa, então ali foram submetidos vários projetos na área de
44 resíduos, sendo de acordo com as metas do Plano Municipal de Coleta Seletiva, e ali foi um total
45 de vinte e dois milhões de investimentos para a área de resíduos, então com a renovação da frota,
46 construção de estação de transbordo, expansão da rede ecopontos, da coleta seletiva de vidros para
47 toda a cidade, então são vários investimentos que somados dão estes vinte e dois milhões e eles só
48 foram possíveis, porque para gente encaminhar aquele projeto, a gente já precisava encaminhar
49 também o Decreto do PMGIRS, e o próprio PMGIRS. Sr. Alexandre - então o decreto
50 estrategicamente para o gestor foi o caminho mais adequado. Foram técnicos da Diretoria de
51 Saneamento, Superintendente e técnicos da COMCAP, e a consultoria foi da "Mark Rae" não sei
52 se vocês lembram ele já esteve em algum momento aqui no COMIDEMA. Ele passa agora a
53 compor o nosso Plano Municipal de Saneamento Básico complementando o que se refere a
54 limpeza urbana e manejo de resíduos, não haverá mais a parte do plano de resíduos no Plano de
55 Saneamento, a partir do momento que nós construímos o PMGIRS ele é um documento fora do
56 Plano Municipal de Saneamento, não é que ele não faz parte, é que ele (PMGIRS) não está
57 fisicamente no mesmo documento são dois planejamentos completamente diferentes. Água e
58 esgoto tem uma ideia de planejamento e resíduo tem outra, só o documento físico está separado,
59 não estando mais no mesmo documento, mas ele é parte do Plano Municipal de Saneamento é
60 como se ele fosse um capítulo da área de resíduos, a lei permite que seja feito desta forma. Então,
61 a lei permite que não existindo o PMGIRS, ele esteja junto do Plano Municipal de Saneamento é o
62 que o município tinha, só que Lei nº 12.305/2010 era anterior, o PMGIRS é necessário e possui
63 um diagnóstico, um prognóstico e todos os estudos, documentos eventos realizados no Município
64 estão contidos no Plano Municipal de Saneamento (2013), bem como no PMGIRS (2016), sem
65 falar que nós consultamos a Conferência Municipal de Saneamento, as audiências que foram feitas
66 no Plano Municipal de Coleta Seletiva e as próprias Oficinas do Plano Municipal de Coleta
67 Seletiva. Não teve o caráter participativo como deveria ter, mais tivemos muitas discussões, foram
68 dois anos discutindo o Plano Municipal de Coleta Seletiva, e muita coisa do que tinha lá venho
69 para o nosso PMGIRS, desta forma não podíamos perder esta oportunidade, até porque o Plano de
70 Coleta Seletiva não estava nem como lei, nem como decreto, agora ele está dentro do PMGIRS.
71 Houve uma consulta pública de quarenta e cinco dias disponibilizada por um site para que as
72 pessoas pudessem fazer críticas ou contribuições. Quais são os marcos legais? não vou ficar muito
73 tempo me atento, mais foi a Política de Saneamento, a Política de Resíduos (12305), o Plano
74 Nacional que ainda a versão 2012 é não foi aprovada, O plano Municipal de Saneamento que é de
75 2013, e por fim o Plano de Coleta Seletiva que é de 2016, quer dizer que nós terminamos ele no
76 final do ano passado e agora ele faz parte do nosso PMGIRS. Quais são as metas então,
77 rapidamente o Plano Nacional define algumas metas, então nas metas da região Sul, podem
78 observar lá 43% em dois mil e quinze, nós temos metas muito ousadas, orgânicos 30% em dois
79 mil e quinze, em dois mil e dezenove o orgânico deveria ser 40%, e o seco deveria ser 50%, então
80 nosso Plano de Coleta Seletiva se pautou nisso e tem metas mais ousadas que o PLANARES
81 (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), nosso Plano Municipal de Resíduos Sólidos ele é mais
82 restritivo mais exigente que a proposta federal, quer dizer nos resíduos seco se mantém o 60%,
83 porém nos orgânicos nas oficinas a sociedade civil nós cobrou que nossa meta em dois mil e trinta
84 fosse 90%, e assim foi definido. Aqui são conteúdos mínimos do artigo dezenove da Política
85 Nacional que temos que respeitar, não vou falar de todos eles, mais só porque o PMGIRS precisa
86 respeitar todos eles. Sr. Anderson - Em relação à aqueles percentuais ali pergunta de leigo, mais

87 estes percentuais estas metas eles são factíveis? Sra. Karina - Difícil de alcançar sem parazo,
88 porque do que a gente tem hoje, para 90% em desvio de orgânico não desviamos nem 10%, não
89 vai acontecer por milagre, depende de investimento, da participação da população para separar e
90 tudo mais, só que do pessoal que participou das oficinas de construção do Plano Municipal de
91 Coleta Seletiva tem gente que é muito exigente, então foi o que aconteceu com os dois, o seco vai
92 em uma linha que a coleta seletiva do seco já esta mais madura, apesar de ter "n" problemas de
93 logística e de escoamento lá no gargalo dos matérias, mais é uma coisa que já tem experiência, no
94 orgânico e tudo novo. Sr. Alexandre - Dai vai ser um desafio para o Município e aquela ideia a
95 gente foi bem claro na hora em que definimos as metas, e para isso tem a revisão, porque se a
96 gente achar que a meta é muito estratosférica tem que rever e discutir, se ela for exagerada
97 demais, a realidade tem que mostrar, porque a sociedade civil nos cobrou que fosse mais ousada
98 que a proposta federal. Como é que a gente montou o PMGIRS? Ele contém oito cadernos, os
99 cinco primeiros cadernos foi os que se batalhou para construir, então a gente fez uma breve
100 apresentação em Florianópolis, fez um diagnostico a partir daqueles documentos, principalmente o
101 Plano de Coleta Seletiva e todo o conteúdo que a equipe técnica vem construído ao longo de
102 décadas, e se unificou as informações do Plano, esse foi o desafio mais as informações já tinha
103 muita coisa, tanto que na área de resíduos sólidos já se enviou agora também para o Adjunto duas
104 minutas, uma de Política Municipal de Resíduos Sólidos Domiciliares, e uma minuta da Política
105 Municipal Resíduos Sólidos da Construção Civil, então ficaram junto da consulta para as pessoas
106 terem uma ideia, ler e depois da consulta se mandou junto com as criticas. Foi feito um
107 diagnostico caderno dois. Um prognostico bem baseado no Plano de Coleta Seletiva com um
108 horizonte de vinte anos, conforme o crescimento da população informado pelo IBGE, e outros
109 indicadores. No caderno quatro alguns aspectos de crescimento da região metropolitana e de
110 decisões que são de cunho da logística reversa. No caderno cinco são os programas, metas e ações,
111 como se fazer o plano sair do papel, então vem todos os investimentos vai ter dois os anexos com
112 os investimentos, cada item que tem no Plano de Coleta Seletiva tem o que foi adicionado, tem
113 uma linha com o valor ali previsto para investimentos. No caderno seis a versão final do Plano de
114 Coleta Seletiva do PMGIRS, integralmente, a versão final ele esta junto ai, então ele faz parte do
115 PMGIRS. E o caderno sete e oito, e o que eu acabei de falar, as duas minutas estavam juntas. O
116 PMGIRS não surgiu da nossa cabeça, surgiu de anos de debate, entre Secretarias e da sociedade
117 civil. Caracterização de Florianópolis, e os objetivos do Plano, que eu vou ser mais rápido porque
118 não tem porque eu entrar em detalhes. No diagnostico o que é que tem? Resgate da historia de
119 Florianópolis, por que nos somos uma das cidades pioneiras na coleta seletiva no Brasil, projeto
120 beija-flor em 1988, mais já tinha o projeto anterior em 1986, a COMCAP sabe explicar melhor,
121 toda legislação do Município levantamos na área de resíduos, nós caracterizamos como é hoje o
122 serviço, quer dizer hoje nós temos uma Autarquia, como é que funciona a divisão da Autarquia,
123 ela tem um departamento que é só de limpeza pública e não se mistura com o item cinco que é
124 manejo de resíduos, mais o Plano ele tem que reger as duas questões, mesmo que a limpeza
125 pública seja um serviço indivisível a cargo da Prefeitura, e o manejo de resíduos em tese deveria
126 ser realizado até por iniciativa privada, mais no caso a Autarquia também faz isso. No diagnostico
127 nós descobrimos o que? Isso dentro do Plano de Coleta Seletiva, nós temos este três tipos de
128 resíduos 43% são recicláveis secos, 35% orgânicos e 22% e rejeitos, então quer dizer em resumo
129 gente, não tem como escapar de um aterro sanitário no momento, porque 22% a gente não tem
130 outro potencial para dar outro destino, nós temos um potencial de reciclagem de 35% orgânico e

131 43% reciclável. Esse é o desvio que nós temos em 2014, e não peguei números mais recentes
132 porque é o que tinha no Plano de Coleta Seletiva, nós desviamos um total hoje de 6.79%, mas
133 agora estamos com um menos que isso, mais temos que esperar esse ano a atualização da
134 COMCAP. Mais ou menos é a política hoje o destino final da nossa operadora, todos estes são os
135 destinos hoje que não são o aterro sanitário. Aqui as metas comparadas, quer dizer. A linha verde
136 e a linha amarela são metas do Plano Nacional, o triangulo e meta do nosso Plano e o tracejado é o
137 que a COMCAP esta desviando, então quer dizer a linha nossa se nada for feito o que vai
138 acontecer? as metas vão crescendo e nós vamos ficando na mesma linha, então tem que se tomar
139 providências. No diagnostico temos também como é que esta sendo feito a cobrança dos serviços,
140 vimos também como é que esta sendo feito este cálculo porque nunca tinha sido feito, este ano a
141 Karina participou junto comigo e nós conseguimos esclarecer o custo COMCAP, separar o que era
142 um serviço do outro, a cidade não tinha e nem a Companhia de Melhoramentos tinha essa noção
143 de custo. Sra. Karina - Noção de custo tinha, a gente não tinha noção da arrecadação, então se
144 conseguiu abrir uma caixa preta. E sem falar de todas as áreas alteradas na cidade, nós temos um
145 passivo ambiental gigante, além do lixão do Itacorubi nós temos várias áreas de descarte irregular
146 na cidade, na área continental, bom todo o Município, mais a área continental sempre foi o foco,
147 porque é a área mais urbanizada, então não tem como esconder em matinho, as pessoas descartam
148 nas esquinas na frente das calçadas, e no resto da cidade acha um matinho e pronto, esse é o
149 descarte irregular infelizmente. E ação de Educação Ambiental esta ligada direto com a sociedade,
150 então quer dizer, se faz muita coisa vocês não tem ideia, nós mesmos da Prefeitura não tínhamos a
151 ideia da quantidade de ações de Educação Ambiental, isso eu falo em escolas municipais,
152 estaduais, particulares e federal e nossa tem, vocês sabem nossa cidade transpira educação. Então
153 o prognostico pegou o estudo populacional do Plano de Coleta Seletiva ele fez uma projeção,
154 cenários, e ai por fim o estudo das demandas futuras pelo serviço de limpeza também foi feito,
155 então quer dizer, quanto que nós precisamos de caminhão, quanto nós precisamos de "pévis", onde
156 é que tem que investir na cidade tudo isso foi feito. E ai nós temos o modelo, já que nós
157 levantamos aquela divisão e a Política Nacional de certa forma nos obriga a fazer desta forma nós
158 vamos dividir em três grandes frações, nós vamos trabalhar recicláveis, secos, em tese uma cor
159 azul, recicláveis orgânicos em tese uma cor marrom e os rejeitos um cinza, padrão do CONAMA.
160 Os cenários também foram do Plano de Coleta Seletiva, nós não trabalhamos com o cenário ideal
161 que seria o perfeito, quer dizer, pega uma varinha mágica e "puff" esta tudo resolvido, a gente
162 sabe que não é assim, desviar 100% de uma hora para a outra, por tendência manter aquela linha
163 tracejada também não é o ideal, nós não queremos estacionar no tempo, então trabalhamos com o
164 cenário factível nas duas ultimas linhas vocês podem ver, metas de desvio de resíduos secos com
165 base no PLANARES, então quer dizer, aquela versão preliminar de dois e doze nós trabalhamos
166 encima dela. Ali estão as linhas de cada cenário, quer dizer, o cenário tendencial seria aquele que
167 mostra, olha se nós não fizermos nada é isso que vai acontecer com a produção de resíduos vai
168 tudo para o aterro sanitário, aquela linha vermelha. O cenário ideal seria assim, resolvemos o
169 problema, olha só de uma hora para outra aquela linha vermelha cai estaciona e pronto, só tem os
170 22% de rejeitos que vão sempre para o aterro sanitário, mais imediatamente. E a linha azul é o que
171 nós trabalhamos, quer dizer, vamos trabalhar dentro de uma ideia de progressão, então quer dizer,
172 estamos estacionando o envio de resíduos para o aterro sanitário, o que na pratica é isso que nós
173 conseguimos fazer com nosso planejamento, não é nem conseguir reduzir radicalmente, é que a
174 população e a produção vão continuar crescendo em Florianópolis. E ai nós temos esta tabela o

175 importante são os números que estão em circulo, eu coloquei na primeira coluna os anos de dois
176 mil e dezesseis a dois mil e trinta e cinco, e o tempo de projeção que agente fez no nosso Plano de
177 Coleta Seletiva, então nós temos uma população estimada de quinhentos e dois mil, a gente ainda
178 não esta neste número mais trabalhamos com esse número ali, e em dois mil e trinta e cinco
179 devemos estar próximos de oitocentos e vinte e sete mil habitantes, se estaremos ou não, não
180 sabemos é uma projeção baseado em todos os estudos demográficos do IBGE e em outros estudos
181 mais. Aqui nós temos na penúltima coluna o percentual de resíduos desviados hoje no Município,
182 ano passado 9,44% se somarmos tudo, e do lado o quantitativo que vai para o aterro sanitário é de
183 cento e sessenta e seis mil trezentos e setenta e sete toneladas por ano percebam que aquele cento
184 e sessenta e seis lá em baixo esta cento e quarenta e nove, o que significa isso estacionamos o
185 envio quer dizer, em tese não vamos mandar mais vamos tentar manter isso porque quanto mais
186 eficientes formos mais irá para compostagem, mais para galpão de triagem, ai mantemos aqueles
187 22% de rejeito que não tem o que fazer, a população cresce e aquele 22% cresce também, a ideia
188 foi tentar estabilizar o envio e manter se não for possível zerar, vamos manter até que se tenha
189 uma técnica ou uma tecnologia para isso. No caderno quatro aspectos gerais sobre a região, pois
190 resíduos, esgotamento sanitário e água não da para falar só de Florianópolis, ainda mais se
191 tratando de boa parte ser uma ilha, nós temos que falar também da região do entorno, porque não
192 podemos deixar ele no Itacorubi, temos que enviar para Biguaçu, então Biguaçu é o ultimo
193 Município lá pintado de laranja subindo a BR – 101 que é para lá que enviamos nossos resíduos,
194 só que toda esta região manda para lá, então assim vai chegar uma hora que o aterro vai fechar
195 porque não terá mais espaço, o bom seria a região Metropolitana chamar todos os prefeitos e dizer
196 vamos conversar sobre isso porque Florianópolis sozinha não consegue resolver, nós já tentamos.
197 Inúmeras vezes a COMCAP junta com a nossa diretoria em todos os eventos que a SDS a SDR
198 chamou todas as vezes vamos falar da região Metropolitana, vamos falar do Plano Estadual,
199 Florianópolis sempre esta presente, a COMCAP esta sempre lá nós estamos sempre fazendo
200 alguma consideração, mas dificilmente aparece alguém de São José, de Biguaçu, Palhoça, quase
201 sempre tem alguém de Santo Amaro que é um pessoal mais empolgado um pouquinho e São José
202 sempre tem algum Superintendente da Secretaria de Infraestrutura que vive “malhando”
203 Florianópolis, porque nós mandando os recicláveis para galpões localizados em São José, que nós
204 estamos regularizando e licenciando todos e com nosso excedente geramos renda lá, e eles acham
205 que isso não é legal, mais tudo bem. Sr. Paulo – essas plantas, até participei de um a três anos
206 atrás, uma empresa alemã queria colocar uma planta lá em Palhoça para receber todo o lixo de
207 Florianópolis, e que iria toneladas dia o que parece que iria implantar que produziria energia e
208 venderia esta energia para a Celesc, enfim lembra deste projeto. Não, mais chegou a se reunir
209 porque o Instituto Mangue Vivo foi, e agente estava com uma entidade que ia participar e ia falar
210 da reciclagem desta cooperativa lá que ia receber o lixo reciclável, um projeto muito bonito, tinha
211 vídeo e tudo mais é eles conseguiram implantar este projeto em Recife ou Vitoria, e me chamou
212 atenção isso que você esta contanto agora, isso porque eles fizeram uma reunião com todos os
213 prefeitos, participei da reunião o Prefeito Dário, Fernando Elias, Raider Schaid, o de Biguaçu o
214 Castelo, eu estava na reunião e estava pronto para acontecer assim, e ai infelizmente não
215 aconteceu porque uma das empresas ia ter que remeter o lixo lá para, porque é tudo contrato que
216 recolhe o lixo, aquela coisa que envolve muito dinheiro então, porque uma das prefeituras viu
217 dificuldade em refazer o contrato, ai afundou infelizmente. Sr. Alexandre – Infelizmente todas as
218 tentativas sejam do Estado, ou seja, do nosso Município para chamar os municípios limítrofes

219 acaba esbarrando em alguma dificuldade política, isso porque na época ainda tinham prefeitos do
220 mesmo alinhamento de partidos, Cesar Souza também, e não foi para frente. É um assunto bem
221 complicadinho, então só nós técnicos não temos condições de tocar, a gente fala o que precisa ser
222 feito, do jeito que precisa ser feito, mais politicamente não avança, tecnicamente nós sabemos o
223 que precisa ser feito. Sra. Karina – nós sabemos que no final do ano abriu um Edital do Ministério
224 do Meio Ambiente que era para estudos de regionalização, aí nós fizemos para todos os
225 municípios aqui, e eles tinham que apresentar as cartas de intenção, a gente não conseguiu nem
226 que o de Florianópolis assinasse, e nem no momento em que Florianópolis e São José os prefeitos
227 eram irmãos, nem naquele momento se conseguiu unificar, então é muito difícil, é bem questão
228 política mesmo. Sr. Alexandre – Mais continuamos mostrando no PMGIRS a necessidade, então
229 faz parte dos aspectos gerais das ações, não adianta não levar isso em consideração. Sr. Anderson
230 – Pergunta Sr. Alexandre, essa questão metropolitana é uma questão muito seria, porque como
231 você bem disse não dá para resolver as questões daqui sem pensar num todo, por acaso isso já foi
232 levado ao COMDES? Vocês conhecem o COMDES, Conselho Metropolitano? Vira e meche tem
233 alguém da COMCAP lá e, tratando de algum assunto, a CASAN, a COMCAP também tem feito,
234 mas eu pergunto se, assim como você bem falou é uma questão que esbarra muito nos aspectos
235 políticos eu acho que isso merece o encaminhamento para eles. E o COMDES é um fórum de
236 entidades com a participação de órgãos do poder público estadual, municipal, federal inclusive, e
237 eu acho que esse assunto é perfeito porque ele envolve uma questão Metropolitana, eu entendo, a
238 CDL tem assento no COMDES, e tem total interesse do COMDES de se debruçar e tentar
239 destravar essas questões políticas que vive embaraçando esse entendimento. Então fica uma
240 sugestão aos técnicos, que por mais técnicos que sejam, que este assunto seja encaminhado ao
241 COMDES, posso inclusive se for o interesse de vocês fazer esta ponte para que vocês possam
242 levar esta matéria para lá e apresentar, ou provocar. Sr. Alexandre – Eu acho que o Superintendente
243 Lucas está fazendo esta ponte agora. Sr. Anderson – O COMDES hoje o coordenador é o Jaime
244 Elioto. Sra – Karina – Eu pensei que era aquele de Curitiba. Sr. Anderson – Sim ele participa pelo
245 governo do Estado, o próprio Deputado Esperidião Amim participa. Sra. Karina – O que também
246 deve ser levado para participação do COMDES, é resíduos da construção civil que teve até a
247 Assembleia Legislativa envolvida nisso para ver se resolvia, no caso do resíduo da construção
248 civil é um resíduo que não é de responsabilidade do poder público municipal, é de
249 responsabilidade de cada gerador de obra, mais o que acontece na COMCAP ainda tem como
250 receber pequenos volumes, e já nos outros municípios ninguém tem, aí começa dar o problema na
251 região metropolitana de descarte irregular e ao mesmo tempo ninguém tem legislação que verse
252 sobre o tema, cada um faz do jeito que quer, alguns trabalham de forma irregular e a grande
253 maioria trabalha de forma clandestina, não tem área licenciada para descartar os resíduos, e aí é
254 um problema muito metropolitano porque as empresas recolhem em Florianópolis e vão
255 descarregar lá na Palhoça, ou então pegam na Palhoça e vão descarregar ali na “faixa de gaza”, e
256 aí nós vamos limpar, a gente tentou reunir este povo todo e fazer uma lei metropolitana, porque
257 não adianta Florianópolis falar uma coisa e São José falar outra, porque o serviço não se limita só
258 aquele território. Sr. Anderson – É um interesse de todos, a demanda é uma demanda
259 metropolitana, então agora que existe a Superintendência da região metropolitana de
260 Florianópolis, eu acho que esse é um assunto perfeito para cair no colo deles e destravar isso aí,
261 porque a solução não é de Florianópolis, como também não é de Biguaçu, e sim de toda região
262 atingida. Sr. Alexandre – Não adianta cada um só ficar olhando para o próprio umbigo. Sra.

263 Karina – É, e a grande vantagem e que nós temos uma dificuldade grande porque, em
264 Florianópolis nós sabemos com quem conversar, bate lá na porta da Secretaria de Saneamento ou
265 então da COMCAP, vai se achar a equipe técnica para isso, agora eu estou até hoje para achar a de
266 São José que cada vez é uma pessoa, a mesma coisa acontece na Palhoça, Biguaçu, eles não tem
267 um setor que cuide disso e mandam conversar com a empresa que tem o contrato, “vai lá conversa
268 com a Proactiva, vai lá conversa com a Ambiental”,. Sr. Paulo – E na Secretaria Regional? Sra
269 Karina – Não, é nas prefeituras. Sr. Paulo – Existia um plano, também participei lá, aí é Plano
270 Regional de Resíduos Sólidos, que a regional da grande Florianópolis fez inúmeras reuniões criou
271 as comissões, cada Município mandou um representante, nós também da sociedade civil também
272 fazíamos parte da comissão e isso aí estava bem encaminhado para ser criada uma lei que
273 abrangesse todos os municípios a cumprirem exatamente a Política Nacional e tudo isso que estou
274 falando é de dois três anos para trás. Sr. Alexandre – Infelizmente não, olha eu estou a cinco anos
275 na prefeitura, e deste que eu entrei eu participo junto com a COMCAP das tentativas, o engenheiro
276 Elson que está agora afastado está se aposentando, que fazia a frente e tudo, ele me passou todo
277 este histórico que você está falando, então as várias tentativas de diferentes órgãos, partidos,
278 políticos e prefeitos, mais acaba esbarrando em algum problema político, e a gente vê que por aí o
279 caminho, a gente acha que precisa ir para estes conselhos. Sr. Anderson – E se a questão é política,
280 ela deixou de ser técnica, e passa a ser questão de uma vontade política. Sr. Alexandre – Não pode
281 estar na mão de um único prefeito. Sr. Anderson – Não, eu acho que o problema é metropolitano,
282 o mapa diz isso, o problema é metropolitano, então a solução precisa ser metropolitana,
283 politicamente falando, tecnicamente falando, operacionalmente falando, então o COMDES é um
284 ambiente de deliberação de conversas que dá asas a este tipo de discussão, COMDES é o
285 Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis. Sr. Paulo – E o
286 COMDES está dentro da associação (CDL)? Sr. Anderson – Não, o COMDES não está vinculado
287 a nenhuma sociedade civil, ele é um fórum de entidades, hoje quem coordena o COMDES é o
288 Jaime Zilioto, mais nós fomos fundadores do COMDES, coordenadores do Floripa Amanhã, nós
289 já tivemos a frente disso, o ano passado foi da ACIBI de Biguaçu, quer dizer este assunto devia de
290 ser, no ano anterior foi o pessoal da ACE da Associação Catarinense de Engenheiros, então quer
291 dizer é um assunto que tem todo um contorno técnico e eu falo também pelo COMDES, porque
292 toda esta discussão sobre o contorno, e um assunto que o COMDES está batendo firme, firme, e
293 está lá o Deputado Esperidião Amim que não deixa eu mentir, ele leva demandas do COMDES,
294 ele cobra, entendeu, e eu acho que esse assunto deve ser debatido pelo COMDES, sem dúvida fica
295 a dica. Sra. Leana - E mesmo porque daqui a pouco o aterro chega no limite dele, então não tem
296 porque, e aí não tem como procurar outro terreno porque nenhum outro Estado vai querer, ou
297 Município. Sr. Alexandre – Eu acho que o caminho, um dos nortes exatamente para motivar os
298 prefeitos, é a finitude do aterro sanitário de Biguaçu, uma hora ele vai acabar e anos antes de ele
299 acabar os municípios já poderiam ter o plano B, fazer um consórcio intermunicipal para ter, mais
300 se fizesse um consórcio intermunicipal do aterro sanitário já seria uma economia de escala, de
301 equipamento muito grande para empregar na Proactiva no caso. Sra. Fabiane Tasca – As vezes
302 pegar os responsáveis por essas partes em cada prefeitura, os que vocês identificarem também ne,
303 ou os prefeitos e fazer uma visita no aterro, porque é diferente de falar é ir lá ver aquelas pilhas de
304 lixo, é impactante, talvez um exercício de conscientização. Sr. Alexandre – É mais eu acho que o
305 caminho é por via política, porque atualmente Florianópolis é muito Proactiva na área de resíduos
306 sólidos, tanto e que nós enterramos e pagamos o aterro de construção civil de outras cidades,

307 porque as outras não tem ecopontos não adianta, nós temos ecopontos e ecopontos é o lixo pesado,
308 e quando e remoção vai para o aterro sanitário aqueles entulhos tudo misturado, vai tudo para
309 carreta da Proactiva, então quer dizer Florianópolis esta pagando por parte do resíduo que não e
310 dela, mais que vem da grande Florianópolis sem falar da nossa dinâmica de conurbação, tem gente
311 que trabalha aqui gera resíduo durante o dia e depois de noite volta para casa, claro eu só estou
312 falando que e uma grande complexidade sem falar o fluxo de turistas que vem para cá no final de
313 ano, então quer dizer tem vários desafios pela frente e não pode querer resolver sozinho.
314 Continuando no caderno quatro nós também tivemos nesse caderno quatro, falando em aspectos
315 gerais das ações nós tivemos que redefinir todas as responsabilidades que são de órgãos públicos,
316 e todas as responsabilidades da iniciativa privada, ou seja, e importante que o COMDEMA saiba
317 que existe na Política Nacional a ideia da logística reversa para as embalagens, hoje o Município é
318 totalmente onerado com este tipo de serviço, a coleta seletiva não deviria sair nem dos bolsos dos
319 munícipes nem do bolso do prefeito, deveria ser o fabricante da embalagem que tem toda a
320 responsabilidade do ato de lançar no mercado, ele tem que recolher aquela embalagem isso e oque
321 diz a lei, então nós temos que falar de logística reversa, esses temas esta no PMGIRS e o grande
322 gerador também, estes dois temas que estão no caderno quatro não ficaram bem resolvidos. Aqui o
323 nosso modelo, eu não vou explicar direitinho mais é o modelo da cidade toda a logística ate o
324 aterro sanitário desde a coleta de transbordo e a triagem, e cada um sendo os responsáveis. A
325 versão final só para ver o que diz o Plano de Coleta Seletiva. As metas ai que eu falei, as metas do
326 Plano de Coleta Seletiva então verifiquem que nós já chegamos em 90% em dois mil e vinte e seis,
327 muito ousado, sendo que o reciclável e o seco comparando lá 31 e chega a 66% é que nem o
328 PLANARES, então foi a sociedade civil que nos cobrou estas metas, hoje em tese desviamos 18%
329 do nosso material seco, reconhecido porque a gente não domina o que e desviado no centro e
330 todos vocês devem ver isso cotidianamente caminhões de coleta seletiva que não é da COMCAP e
331 tiram só o filé mignon, os galpões de triagem recebem só rejeito, cacareco, a latinha de alumínio
332 que mais vale, o papelão some tudo na frente, então quer dizer 18%, talvez se fossemos dar conta
333 disso tudo estaria o dobro ou até o triplo, e orgânico com as experiências todas da iniciativa
334 privada e grande operadoras nós chegamos a 7,5% de desvio hoje. Aqui os investimentos do Plano
335 de Coleta Seletiva o que não vem ao caso ficar entrando em detalhes. O caderno cinco sim, ele vai
336 ser, digamos assim, aqui que esta o principal do nosso PMGIRS, então tem todas as diretrizes,
337 todas as estratégias, os programas, as ações, as metas pro manejo diferenciado, e ai que vem todas
338 as aplicações, então nós temos depois agenda de aplicações desse plano e o seu monitoramento,
339 então como é os anexos, esses anexos vão mostrar os investimentos necessários, então são metas
340 de um até sete nesta primeira lamina, eu acho que eu não preciso entrar em detalhe porque a gente
341 tem mais coisas para discutir mais estou deixando aqui para todos verificar e se quiserem este
342 material estará disponível no site do COMDEMA. Então ali tem o total de investimentos cento e
343 cinquenta e nove milhões de reais oitocentos e trinta e quatro mil, e bastante dinheiro num
344 horizonte de quatro anos aqui, para quatro anos, então quer dizer, o Superintendente Lucas
345 entendeu que não adianta projetar vinte anos de investimentos, porque a realidade é muito
346 dinâmica, o Plano ele visou quatro anos e depois revisar para saber o que é necessário para
347 avançar, então foi mais paradigmatico do que teórico, e então os outros são só uma
348 complementação desta primeira planilha, cada uma daquelas primeira linha vai gerar uma tabela
349 desta. Estes são os dois itens do Plano da Coleta Seletiva, primeiro é o de resíduo seco, o segundo
350 é do resíduo orgânico, e assim por diante, porque fica cansativo se eu detalhar todos eles, mais

351 esta bem explicado nos slides. Esta é nossa realidade financeira hoje, então quer dizer, receita,
352 despesa, e contra partida hoje, o que eu quero dizer com isso ali, a coluna azul ela demonstra hoje
353 quanto a prefeitura arrecada hoje com a taxa cinquenta e dois milhões, a barra verde significa o
354 quanto custa os serviços de coleta, transbordo e transporte e destinação final para o aterro
355 sanitário, e a barra vermelha mostra o quanto a prefeitura tira dos outros setores, da educação, da
356 saúde, da infraestrutura geral de obras para investir no setor de resíduos sólidos, então quer dizer,
357 a barra vermelha não deveria existir, se sobrepor a vermelha com a azul, ela vai alinhar com a
358 verde. E aí são só detalhamentos da, e quatro anos todos eles, curto prazo, médio prazo e longo
359 prazo. O longo prazo foi o único nove anos depois vai ampliando, está tudo detalhado se alguém
360 quiser consultar. As metas de curto prazo que estão contidas amanhã serão discutidas do GIRS,
361 aqui tem membro que fazem parte do GIRS, logística reversa é uma, os grandes geradores tivemos
362 dificuldade técnica em definir o grande gerador, porque não tivemos consenso entre nós diretoria
363 de saneamento e COMCAP, eles têm um entendimento e nós temos outro, e a sociedade civil tem
364 outro, então achamos melhor não colocar no PMGIRS, já que foi por Decreto achamos melhor
365 não, e vamos deixar a sociedade civil participar mais, então ficou melhor um ano para estas metas
366 ficarem melhores definidas em conjunto com a sociedade civil. Taxa e tarifa também, temos que
367 definir melhor como é que vai ser esse negócio, que é que vai ter que pagar mais, ou menos. E o
368 modelo financeiro como é que essa coisa toda vai funcionar. A cidade hoje tem um modelo e tem
369 que partir para outro, é uma discussão que também precisa ser feita. Finalizo e obrigado pela
370 atenção de todos os conselheiros e estou à disposição para qualquer esclarecimento. Sr. Cláudio –
371 deixou aberta a palavra aos demais. Sr. João – Acho que acompanhando o raciocínio do colega,
372 acho que a gente podia fazer o encaminhamento neste sentido, como ele (Anderson) tem assento,
373 diálogo com o COMDES seria interessante a gente em nome do COMDEMA oficial o COMDES,
374 qual é sua sugestão? Sr. Anderson – Talvez a gente encaminhe um expediente para Sr. Jaime que o
375 diretor geral do COMDES, provocar essa discussão no âmbito do conselho, que se trata de uma
376 demanda de um problema metropolitano que eu entendo que é de total interesse do COMDES
377 poder deliberar, se debruçar sobre o assunto e buscar as soluções que o Alexandre bem disse é,
378 tem certos entraves políticos que precisam ser desatados. Sr. Cláudio – Sugere que a gente faça
379 um Ofício e que eles fomentem de lá, ou fazemos um documento para o Secretário ou
380 Superintendente de Saneamento para que ele leve o assunto ao COMDES. Sr. Anderson – Acho
381 que seria importante levar o assunto ao COMDES e fazer esta apresentação lá, que abra um espaço
382 no colegiado para que seja feita esta apresentação do PMGIRS. Porque embora ele esteja restrito a
383 Florianópolis, ele tem uma parte ali que toda a região metropolitana precisa ser condicionada.
384 Aberta a votação foi aprovada a sugestão por unanimidade. Sr. Alexandre – Se me permite, acho
385 que a gente podia entoar dois grandes temas de preocupação da região metropolitana, que seria os
386 resíduos da construção civil, e a destinação final. Então quer dizer hoje os municípios estão
387 perdendo seus recursos próprios porque estão na mão de uma só empresa, e é monopólio mesmo, eu
388 trabalhei por dois anos na licitação, e foi uma briga para gente conseguir estabilizar, a gente teve
389 que fazer a licitação baixando o preço, este ano estão pedindo reajuste que vai chegar no valor do
390 ano passado, mais é uma briga injusta porque os outros aterros que participam na hora do vamos
391 ver, somem. E aí quando uma empresa de fora entrou ela foi impugnada. Não tenho nada contra a
392 empresa, mais é só por falta de concorrência, até porque o serviço prestado para prefeitura é
393 excelente. - Sr. Nivaldo – Como cheguei atrasado perdi parte da apresentação, mais como eu sou
394 da FATMA, essa é uma área que não me é familiar, a questão do licenciamento de aterro sanitário,

395 eu não sei como esta hoje, só que a gente escuta na mídia que Santa Catarina é o primeiro Estado
396 no Brasil que não vai mais licenciar aterro sanitário. Sr. Alexandre – Não, não, Santa Catarina é o
397 primeiro Estado livre de lixões, para não dizer que tudo é notícia ruim, quer dizer que
398 tecnicamente a disposição final esta ambientalmente adequada. Sr. Cláudio – São duas questões, o
399 TAC que o Ministério Público Estadual fez com as prefeituras do Estado todo, e muitas regiões
400 solucionaram com consórcios, então são dois aspectos importantes estas soluções dos resíduos
401 para aterro. Sr. Cláudio – Seguindo os informes gerais solicitou que fosse acordada uma data para
402 a visita técnica do conselho na Lagoa do Peri. Foi aprovada a data de vinte e nove de novembro, às
403 oito e meia na manhã na sede da FLORAM na Lagoa do Peri, sendo que os interessados em
404 participar deverão responder ao email que será encaminhado pela Secretaria do COMDEMA.
405 Ficou para a próxima reunião do conselho os seguintes temas: votação para vice-presidente e para
406 secretario geral do COMDEMA. E a apresentação do tema de alegações finais, sendo que o
407 plenário do Conselho já deliberou sobre o tema e que inclusive consta em ATA, sendo que devido
408 a FLORAM não aplicar as alegações finais entre os anos de dois mil nove ate dois mil e doze, o
409 Conselho havia entendido e deliberado que só iria ser decidido pelo retorno do processo para a
410 Floram se o autuado arguir prejuízo em seu recurso, então segundo informações do Sr. João será
411 levado o assunto na próxima reunião da CTJ, para assim podermos apresentar na reunião do mês
412 seguinte do conselho. Já para próxima reunião do conselho deveremos também decidir nosso
413 calendário de dois mil e dezoito e se vamos ter recesso em janeiro. O próximo item da pauta e
414 aprovação do conselho de publicar os pareceres elaborados pela CTJ, junto a pauta de julgamento
415 no site do COMDEMA. Aberta a votação foi aprovado por unanimidade. Ficou sugerido pelo Sr.
416 Nivaldo para que no próximo ano, dois mil e dezoito, façam uma visita técnica ao aterro sanitário
417 de Biguaçu. Passado os informes grais, e uma breve explicação do que é o COMDEMA para os
418 novos conselheiros. Na sequencia a palavra foi aberta ao Sr. João, conselheiro da OAB, para que
419 se inicia-se o julgamento dos processos. Sr. João iniciou com uma breve explicação de como é
420 feita a leitura dos pareceres elaborados pela CTJ, bem como detalhou a leitura dos processos onde
421 incidem as prescrições, sendo que estes se tornam mais simples em função do julgamento em
422 blocos. **PROCESSO N. 25073/2007, Auto de Infração Ambiental (AIA) n. 8669**, Autuado:
423 **MASSARU SAITO**, em seu parecer o relator Sr. João opina pela aplicação da prescrição
424 intercorrente administrativa conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N.**
425 **102810/2011, AIA n. 10200**, Autuado: **AÇORES EMP. IMOB. LTDA**, em seu parecer o relator
426 Sr. João opina pela aplicação da prescrição intercorrente administrativa conforme Resolução
427 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N. 42597/2008, AIA n. 9804**, Autuado: **LAERCIO**
428 **SILVA**, em seu parecer o relator Sr. João opina pela aplicação da prescrição intercorrente
429 administrativa conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N. 51457/2009, AIA**
430 **n. 10221**, Autuado: **ANTÔNIO ALBERTINO TEODORO**, em seu parecer a relatora Sra.
431 Jaçanã opina pela aplicação da prescrição intercorrente administrativa conforme Resolução
432 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N. 22984/2009, AIA n. 10204**, Autuado: **CLÁUDIO**
433 **RICARDO DA SILVA GAERTNER**, em seu parecer o relator Sr. Gustavo opina pela aplicação
434 da prescrição intercorrente administrativa conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA.
435 **PROCESSO N. 45765/2007, AIA n. 9005**, Autuado: **RUI RIBEIRO LUBAWSKI**, em seu
436 parecer o relator Sr. Gustavo opina pela aplicação da prescrição intercorrente administrativa
437 conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N. 17623/2007, AIA n. 5897**,
438 Autuado: **NESTOR ANDRÉS DERCOVICH**, em seu parecer o relator Sr. Gustavo opina pela

439 aplicação da prescrição intercorrente administrativa conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA.
440 Aberta a votação do primeiro bloco lido sobre prescrição, os pareceres foram aprovados por
441 unanimidades. **PROCESSO N. 51454/2009, AIA n. 10601**, Autuado: **OSMAN GONÇALVES**
442 **NOCETI**, em seu parecer o relator Sr. Emanuel opina pela aplicação da prescrição intercorrente
443 administrativa conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N. 50244/2006, AIAs**
444 **n.s 8106 e 7223**, Autuado: **JOVAL RIBEIRO DA SILVA**, em seu parecer o relator Sr. Emanuel
445 opina pela aplicação da prescrição intercorrente administrativa conforme Resolução 001/2016 -
446 COMDEMA. **PROCESSO N. 8155/2007, AIA n. 8229**, Autuado: **MARCELO VIEIRA**
447 **SANTOS**, em seu parecer o relator Sr. Emanuel opina pela aplicação da prescrição intercorrente
448 administrativa conforme Resolução 001/2016 - COMDEMA. **PROCESSO N. 103465/2011, AIA**
449 **n. 11429**, Autuado: **NEY DIMAS AMADORI**, em seu parecer o relator Sr. Emanuel opina opina
450 pela aplicação da prescrição intercorrente administrativa conforme Resolução 001/2016 -
451 COMDEMA Aberta a votação do segundo bloco, os pareceres lidos sobre prescrição foram
452 aprovados por unanimidade. **PROCESSO N. 410/2012, AIA n. 10891**, Autuado:
453 **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VIVENDAS DE MAIORCA**, em seu parecer a relatora Sra.
454 Bruna opina pela anulação do Auto de Infração Ambiental lavrado devido a falta de comprovação
455 de autoria. Sr. Cláudio esclareceu que houve uma divergência entre a emenda do parecer e a
456 conclusão do mesmo, motivo que levou a retirada dos autos da pauta de julgamento, e retorno
457 deste a CTJ para correção. **PROCESSO N. 103166/2011, AIA n. 11057**, Autuado: **MANOEL**
458 **JOSÉ VIEIRA**, em seu parecer o relator Sr. Lucas opina pela procedência do recurso interposto,
459 e conseqüente anulação do Auto de Infração Ambiental lavrado, devido a falta de autoria e
460 conforme já explanado no Parecer n. 028/2013 - CTJ. Sr. João leu todo o parecer elaborado pelo
461 Sr. Lucas, devido a solicitação de alguns conselheiros. Sr. Cláudio após breve leitura dos autos,
462 informou aos demais que o terreno do autuado serviu de depósito, e como o Superintendente da
463 FLORAM já se manifestou no processo sendo favorável a anulação do auto, então ele, Cláudio,
464 como conselheiro da FLORAM, não poderia votar contrario a este posicionamento, mas segundo o
465 relator, e na verdade o responsável pela propriedade, conforme a legislação ambiental é
466 corresponsável pelo o que acontece na propriedade dele, então ele responderia pela autoria
467 independente de quem colocou o aterro lá, mais eu não vou pedir vista devido a manifestação
468 retro. "Manifestações de vários conselheiros". Sr. Nivaldo, FATMA, requer fazer oralmente um
469 **VOTO-VISTA**, "agora interessante a CASAN foi lá e colocou o material, ai fica complicado", em
470 seguida pediu ao Sr. João a leitura da descrição sumária do Auto de Infração n. 11057, "aterro com
471 supressão de vegetação com maquina", na sequencia posicionou-se: "eu não concordo com a
472 anulação do auto, porque estão tentando suprimir uma responsabilidade, porque veja bem, a
473 CASAN apenas colocou o material lá, mais houve supressão de vegetação e aterro, fora que o
474 local e usado como estacionamento sendo área de preservação, então quer dizer nós vamos
475 desconsiderar tudo isso, o dono do terreno esta dizendo que não sabia de nada disso, e ele ainda
476 ampliou o estacionamento, a está bom ne." Foi o posicionamento do Voto Vistas. Na sequencia
477 "Varias manifestações". Após, o Sr. Cláudio informou que a FLORAM se manifestou desta forma
478 devido a existência de uma declaração da CASAN assumindo que colocou o material no terreno
479 do Sr. Manoel. Sr. Nivaldo sustentou que tal manifestação para ele só mostra que a CASAN é
480 coatora da infração cometida, e que não tira a responsabilidade do Sr. Manoel proprietário.
481 "Varias manifestações". Sr. Cláudio entrevistou, antes da votação dizendo que existem duas
482 manifestações, a do relator Sr. Lucas pela anulação do AIA, e a do Sr. Nivaldo pela manutenção

483 da decisão em 1º grau conforme voto-vista sustentado oralmente. Aberta a votação. Antes o Sr.
484 Alexandre pediu a palavra para fazer uma contextualização da área da infração, informado que
485 perto da área existe uma voçoroca com grande probabilidade ocorrência de erosão. Primeiro o
486 voto para o parecer da CTJ - a favor do relator houveram seis votos, sendo eles OAB, CMF, CDL,
487 COMCAP, FIESC e FLORAM. Segundo votação para o **VOTO-VISTA** - a favor do houveram
488 seis votos também, sendo eles IMV, FATMA, SMI, ACESA, SMS e IAR. Sendo assim, o Vice-
489 Presidente leu a manifestação da CASAN, leu a Autorização da SMDU, e após por meio de seu
490 **VOTO-QUALIDADE** decidiu por manter a decisão em 1ª grau, vencendo assim o **VOTO-**
491 **VISTA**, e tendo em vista que os documentos lidos não autorizavam nenhuma supressão de
492 vegetação. **PROCESSO N. 1081/2012, AIA n. 12601**, Autuado: **JOÃO ALBERTO DA LUZ**,
493 em seu parecer a relatora Sra. Jaçanã opina pelo retorno dos autos a FLORAM devido a falta de
494 apresentação de recurso hierárquico, sendo que se trata de um processo de pedido de dilação de
495 prazo, sendo necessário oportunizar a defesa a apresentação de certidão de óbito do autuado, uma
496 vez que é apenas informado que o autuado faleceu, não existindo documento que comprove tal
497 fato. "Varias manifestações". Sr. Cláudio entende em reconsiderar e colocar em votação. Sr.
498 Amarildo alega que se não for recurso nós não podemos votar. Sr. Anderson diz então que a
499 FLORAM acolheu isso como recurso, e mandou para o COMDEMA, então "meu posicionamento
500 é não reconhecer, porque isso ai recurso não é, pode ser o que for, mais não é recurso então eu não
501 reconheço como recurso". "Varias manifestações". Sr. Amarildo "se não é recurso como fica a
502 situação dele?" Sr. Anderson "se não é recuso, e por mais que a FLORAM tenha entendido que
503 sim, o COMDEMA então diz que não reconhece e volta os autos a FLORAM com a decisão em 1º
504 grau." Sr. Nivaldo o pedido dele esta dentro do prazo, então nós como Prefeitura deveríamos ter
505 respondido a requisição dele. Sr. Cláudio diz que entende que quando a FLORAM mandou o
506 processo para cá eles acataram o prazo dele, porque entenderam em tese que o recurso apresentado
507 por ele era tempestivo. Sr. Amarildo então como não se trata de recurso a gente tem que pedir para
508 o cidadão que apresente, se não a gente vai ter que criar um prazo exclusivo para isso. "Varias
509 manifestações". Sr. Cláudio salienta que temos um impasse, temos duas alternativas ou nós
510 votamos este documento como recurso, ou então que os autos retornem a FLORAM sem
511 reconhecer com recurso. Sr. Anderson se manifesta conforme o código tributário, pelo não
512 reconhecimento. Ou votar como esta o parecer da CTJ. Aberta votação. Parecer da CTJ - Votaram
513 OAB e CMF. Pelo não reconhecimento do recurso como VOTO-VISTA CDL. FLORAM, IMV,
514 IAR, COMCAP, FATMA, ACESA e SMS., ficando deliberado pelo não reconhecimento do
515 recurso e retorno do processo a FLORAM. A Sra. Fabiane FIESC se absteve. **PROCESSO N.**
516 **854/2014, AIA n. 13375**, Autuada: **ELIANE LOPES DA ROSA RODRIGUES**, em seu parecer
517 o relator Sr. Cristiano opina pelo provimento parcial do recurso interposto, parcial provimento do
518 AIA n. 13375, mantendo apenas a multa pelo corte de duas árvores de porte médio, conforme
519 Decreto nº 6.514/2008. "Varias manifestações". As manifestações foram no sentido de que, a
520 autuada comprovou que cortou apenas duas arvores. Sr. João leu também o VOTO - Divergente
521 do Sr. Gustavo, na CTJ o qual converteria a penalidade do AIA apenas em advertência. Sr.
522 Cláudio passou a ler a ATA de julgamento em 1º grau a fim de esclarecer aos demais o valor da
523 multa. "Varias Manifestações". Aberta a votação o parecer original da CTJ foi aprovado por
524 maioria. Sr. Nivaldo discordou do parecer, e votou por manter a decisão em 1º grau. **PROCESSO**
525 **N. 1166/2014, AIA n. 14322**, Autuado: **REPECON VEÍCULOS LTDA**, em seu parecer o
526 relator Sr. Lucas opina pela aplicação da prescrição punitiva do Auto de Infração Ambiental n.

527 14322, por entender já ter se passado mais de cinco anos do ilícito. Sr. João leu detalhadamente o
528 parecer elaborado. Sr. Cláudio esclareceu aos demais a localização da infração, bem como
529 também informou que conforme o Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, está estabelecido para a
530 largura do rio que se encontra no local a faixa de preservação não de trinta metros, e sim de
531 cinquenta metros. Sr. Cláudio esclareceu aos demais o que é prescrição punitiva, e que se agente
532 aplicarem isso de forma *latu senso*, nós iremos fazer prescrever outros casos da mesma forma. Se
533 vocês olharem as decisões do STF do Ministro Herman Benjamin vocês verão que as infrações
534 ambientais são ditas como infrações permanentes, como construções em APP. Sr. João leu todo o
535 artigo vinte e um para os conselheiros. Sr. Cláudio requer fazer oralmente um **VOTO-VISTA**.
536 “Primeiro que a nossa área técnica da FLORAM identificou que as construções estão lá pelo
537 menos deste de dois mil e nove, então como as edificações foram constatadas eu não vejo porque
538 não autuar, sendo que se nós formos aplicar a prescrição punitiva na cidade toda a FLORAM iria
539 parar de trabalhar, então faço o voto-vista a fim de manter a decisão em 1º grau”. Sr. Alexandre
540 esclareceu que aquela região sofre diversas inundações devido a ocupações irregulares, e falta de
541 drenagem. Sr. Amarildo eu entendo a posição do pessoal, porém a CTJ segue o que esta na lei,
542 sendo assim eu entendo que se for assim e melhor a gente fazer um Instrução Normativa. Sr.
543 Cláudio rebateu dizendo que existe no STJ decisões que mostram que o dano ambiental, é uma
544 infração continuada, ou seja, permanente, desta forma eu entendo que temos que manter a decisão
545 em 1º grau, até porque o autuado não arguiu a aplicação da prescrição no seu recurso, é como se
546 fosse um juiz que estivesse trazendo para os autos provas a favor da defesa, do autuado. Sr.
547 Anderson pelo que conheço de matéria ambiental, o dano ambiental é imprescritível. Sr. Nivaldo
548 por já fazer parte da procuradoria da FATMA sustentou que até mesmo a Dra. Rode Martins,
549 antiga procuradora da FATMA, entendeu que não existe direito adquirido em se tratando de
550 infração ambiental. Aberta a votação. Pela aprovação do Parecer da CTJ –votaram OAB e CMF.
551 Pela aprovação do **VOTO-VISTA** votaram a favor FLORAM, SMS, IMV, IAR, ACESA, FIESC
552 e FATMA, ficando vencedor o voto-vistas e mantida a decisão de 1º grau. O Sr. Anderson
553 representante da CDL se declarou impedido. Terminado os julgamentos a Sra. Leana convidou a
554 todos para participar da entrega do certificado da Bandeira Azul para o Parque da Lagoa do Peri e
555 para o Iate Clube de Santa Catarina. Foi o Relatório. Sendo este o ultimo item de pauta o
556 Secretário Geral agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. A Reunião foi encerrada as
557 17:31h. Esta ata foi redigida por Tiago Bischoff de Santana, Secretário do COMIDEMA, que a
558 submeterá a apreciação e aprovação dos conselheiros para todos os efeitos legais.